

# Governança e Transparência nas Renúncias de Receitas: Diagnóstico, Evolução e Futuro.

Ente: Município de Fortaleza.

Samuel Leite Castelo – TCE/CE.

## **1. PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS**

### **1.1 Programa de Incentivos Fiscais para o Setor de Teleatendimento**

Lei Complementar Nº 153-2013 - TELEATENDIMENTO\_CONSOLIDADA em 24012022.pdf

### **1.2 Programa de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza – PRODEFOR**

Lei Complementar Nº 205\_2015 PRODEFOR PARQFOR\_CONSOLIDADA.pdf  
DECRETO Nº 14.076 PRODEFOR PARQFOR DOM GERAL 05.09.2017.pdf

### **1.3 Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza – PARQFOR**

Lei Complementar Nº 205\_2015 PRODEFOR PARQFOR\_CONSOLIDADA.pdf  
DECRETO Nº 14.076 PRODEFOR PARQFOR DOM GERAL 05.09.2017.pdf

### **1.4 Programa de Incentivos Fiscais ao Centro Internacional de Conexões (HUB) de Fortaleza**

LEI N 10.462 DE 31 DE MARÇO DE 2016 HUB Aéreo CONSOLIDADA.pdf

### **1.5 Programa de Requalificação da Praia de Iracema**

Lei Complementar 260 de 26 de dezembro de 2018. Praia de Iracema\_Consolidada.pdf  
Decreto nº 14.609 Requalificação da Praia de Iracema\_12\_03\_2020.pdf

### **1.6 Programa Especial de Incentivos Fiscais ao Turismo**

Lei Complementar nº 339 de 2022 - Programa Especial de Incentivos Fiscais ao Turismo.pdf

### **1.7 Programa de incentivo fiscal para o setor de tecnologia da informação**

Lei Complementar nº 340 de 2022 - INCENTIVOS FISCAIS TIC.pdf

## **2. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE**

LEI 10753 DE 12 DE JUNHO 2018 - CMDE - CONSOLIDADA.pdf

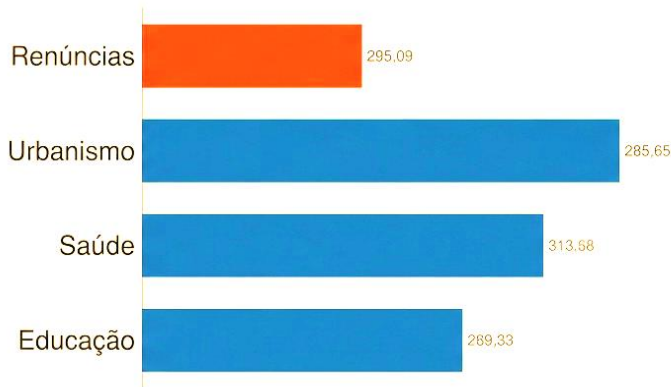


<https://youtu.be/8LGJhkhcq0I?si=4pcGV3CDup8bVHd>

## A Dimensão Financeira: O Custo da Renúncia (2021-2022)

**2021:  
R\$ 295,09  
milhões**

**2022:  
R\$ 285,65  
milhões**



O valor das renúncias superou o orçamento total da Assistência Social e da Cultura.

**DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIO FISCAL**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**
**EXERCÍCIO: 2024**

Benefícios Fiscais que acarretam Renúncia de Receita						
Benefícios Tributários (Gastos Tributários)						
Tributo	Tipo de Renúncia	2022	2023	2024	2025	2026
IPTU	Desconto	987.028,29	1.041.907,00	1.079.333,00	1.121.427,00	1.166.284,00
IPTU	Dedução da Base de Cálculo	3.276.980,61	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	Iseção	58.786.533,77	48.661.532,00	48.605.099,00	50.500.698,00	52.520.726,00
IPTU	Remissão	0,00	0,00	1.518.695,00	1.577.924,00	1.641.041,00
ITBI	Iseção	3.288.946,76	2.374.070,00	287.138,00	298.336,00	310.269,00
ISS	Iseção	6.931.082,09	1.949.472,00	2.284.317,00	2.407.670,00	2.552.130,00
TMRSU	Iseção	0,00	0,00	95.180.000,00	99.110.934,00	103.075.371,00
<b>TOTAL</b>		<b>73.270.571,52</b>	<b>54.026.981,00</b>	<b>148.954.582,00</b>	<b>155.016.989,00</b>	<b>161.265.821,00</b>

Outros Benefícios Fiscais						
Tributo	Tipo de Renúncia	2022	2023	2024	2025	2026
IPTU	Desconto	0,00	23.371.484,00	24.388.106,00	25.390.457,00	26.380.685,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>23.371.484,00</b>	<b>24.388.106,00</b>	<b>25.390.457,00</b>	<b>26.380.685,00</b>

Fonte: Sistema GRPFOR


**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
EXERCÍCIO: 2025**


<b>Benefícios Fiscais que acarretam Renúncia de Receita</b>						
<b>Benefícios Tributários (Gastos Tributários)</b>						
<b>Tributo</b>	<b>Tipo de Renúncia</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
IPTU	Isenção	59.441.538,41	49.684.432,00	84.480.341,51	87.437.153,46	90.497.453,83
IPTU	Remissão	20.113.683,81	1.518.695,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	Dedução da Base de Cálculo	108.901.367,94	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	Isenção	2.800.193,15	287.138,00	3.065.474,86	3.172.766,48	3.283.813,31
ISS	Isenção	27.245.552,40	2.284.317,00	27.071.750,13	28.019.261,39	28.999.935,53
TMRSU	Isenção	92.912.511,28	95.180.000,00	159.525.260,95	165.108.645,08	170.887.447,66
<b>TOTAL</b>		<b>311.414.846,99</b>	<b>148.954.582,00</b>	<b>274.142.827,45</b>	<b>283.737.826,41</b>	<b>293.668.650,33</b>


<b>Outros Benefícios Fiscais</b>						
<b>Tributo</b>	<b>Tipo de Renúncia</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
IPTU	Desconto	23.686.507,71	24.388.106,00	26.026.239,74	26.937.158,13	27.879.958,67
TMRSU	Desconto	2.029.522,49	0,00	4.754.447,37	4.920.853,03	5.093.082,89
<b>TOTAL</b>		<b>25.716.030,20</b>	<b>24.388.106,00</b>	<b>30.780.687,11</b>	<b>31.858.011,16</b>	<b>32.973.041,56</b>


Fonte: Sistema GRPFOR.

# O Diagnóstico Inicial: 10 Pontos de Fragilidade


  
Inexistência de  
Sistema Tributário  
de Referência (STR)


  
Metodologias de  
cálculo não  
formalizadas

  
Ausência de estudo  
de impacto prévio


  
Inconsistências na  
LDO (valores em  
branco)


  
Discrepância:  
Estimado vs. Efetivo


  
Fragilidade na  
transparência pública  
- SEFIN

  
Fragilidade na  
transparência  
pública - SDE

  
Falta de registro  
contábil (ISSQN/ITBI)

  
Monitoramento  
deficiente de programas

  
Isenção inconstitucional  
a servidores

  
Ausência de atuação  
da Controladoria

# A Resposta Institucional: Governança Compartilhada



## SEFIN

- Tributação, Arrecadação, Contabilidade e STR.



## SEPOG

- Leis Orçamentárias (LDO/LOA) e Estimativas Macroeconômicas.



## SDE

- Programas de Incentivo e Monitoramento de Contrapartidas.

**Objetivo:** Transformar recomendações em rotinas permanentes.

## O 'Apagão' de Planejamento (2021-2022)



### Precisão da Estimativa ISSQN



A renúncia efetiva foi quase metade do valor estimado.  
Leis orçamentárias não refletiam a realidade.

# Avanços na Transparência e Planejamento (SEPOG)

STATUS 2025:  
CUMPRIDA



Antes: LDO com valores zerados.



**Agora: Estimativas baseadas no IPC 16/2020.**



- Uso de **séries históricas** e projeções do PIB/IPCA.





- Publicação de **demonstrativos detalhados**.



- **Reconhecimento do impacto fiscal real.**



  
Portal de Serviços de Contribuinte

  
Processos Vinculos DET Precuração Digital

**Atenção: você não está no ambiente de produção.**

  
DEBFS / SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

## Solicitação de Benefício Fiscal

CPF/CNPJ Nome

B.JIN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE LTDA

**Tipo Benefício**

Programa de Requalificação de Preços de Itens

1 Tipo Benefício 2 Tipo Declaração 3 Situação 4 Status e Títulos

**Tipo de Declaração**

Solicitação

Voltar Avançar

  
Portal de Serviços de Contribuinte

  
Fortaleza

### Manual do Processo

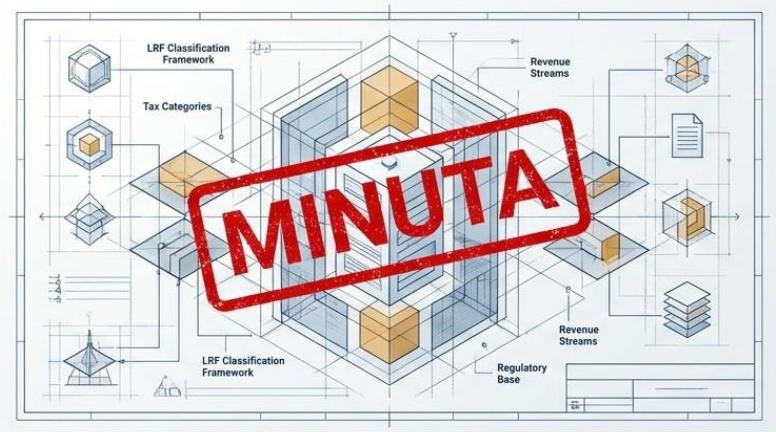
#### Declaração de Benefícios Fiscais

Versão: 1.0  
Elaborado por: CATRU/SEFIN e COPRO/SEDE  
Revisado por: CATRU/SEFIN e COPRO/SEDE  
Aprovado por: CATRU/SEFIN e COPRO/SEDE  
Data de modificação: 06/03/2025

1

## A Estrutura Normativa: Sistema Tributário de Referência (STR)

STATUS 2025: PARCIALMENTE IMPLEMENTADA



### Progresso:

- Minuta do STR elaborada.
- Classificação conceitual baseada na LRF.

### Pendência:

- Necessidade de formalização e publicação oficial.
- Detalhamento explícito das categorias na versão final.

# Monitoramento de Resultados: Do Incentivo ao Impacto (SDE)

STATUS 2025:  
EM IMPLEMENTAÇÃO

Concessão  
do Benefício



Avaliação de  
Impacto  
(Empregos/Renda)

## Desafio

**Faltam evidências de medidas punitivas** para empresas que descumprem metas.

STATUS 2025: PARCIALMENTE CUMPRIDA

## Estudo de Caso: O Hub Aéreo e o FMDE



### Contexto:

- Incentivos fiscais vinculados ao recolhimento de 10% ao Fundo Municipal (FMDE).

### Evidências:

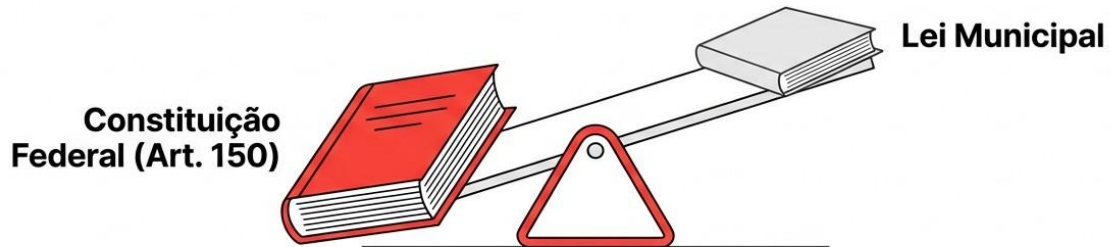
- Comprovantes de recolhimento apresentados.

### Ponto de Atenção:

- Controle ainda manual. Necessidade de sistematização automática.

NotebookLM

# O Desafio Constitucional: Isenções a Servidores



## Impacto Financeiro (2021-2022):

- IPTU: ~R\$ 27,3 milhões (24% do total de isenções)
- ITBI: ~R\$ 4,1 milhões (45% do total de isenções)

Status: Em discussão no TCE/CE. Necessidade de reforma legislativa.

## Status de Implementação 2025: O Painel Final

 CUMPRIDA	 PARCIAL / EM ANDAMENTO
<ul style="list-style-type: none"><li>● Transparência no Portal (SEFIN)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Formalização do STR (SEFIN)</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Estimativas na LDO/LOA (SEPOG)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Precisão Metodológica (SEPOG)</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Registros Contábeis (SEFIN)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Monitoramento Hub Aéreo (SDE)</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Notas Explicativas (SEFIN)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Avaliação de Impacto (SDE)</li></ul>

# Próximos Passos e Desafios Pendentes



# Conclusão: Um Novo Patamar de Governança

A renúncia de receita deixou de ser uma 'caixa preta' para se tornar política pública monitorada.



Obrigado. Perguntas e Discussão.

[samuel.castelo@tce.ce.gov.br](mailto:samuel.castelo@tce.ce.gov.br) – 85 99141-7728